



## **RESOLUÇÃO Nº. 1193/2021**

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2017, e Decreto Nº 921-S, de 06 de maio de 2005, publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 09 de maio de 2005, bem como prerrogativas regimentais, e em consonância às deliberações do Plenário na 128ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de março de 2021.

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar as atas da 217ª Reunião Ordinária e 88ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Saúde, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - O conteúdo desta Resolução, na íntegra, está disponibilizado no endereço eletrônico: [www.saude.es.gov.br](http://www.saude.es.gov.br).

Vitória-ES, 22 de fevereiro de 2021.

### **Milene da Silva Weck Terra**

Presidenta do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Homologo a Resolução Nº. 1193/2021 nos termos da Lei Nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de acordo com a delegação contida no Art. 1º, § 1º da Lei Nº. 7.964, de 27 de dezembro de 2004, publicada em 29 de dezembro de 2004.

### **Nesio Fernandes de Medeiros Junior**

Secretário de Estado da Saúde

### **ANEXO**

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES  
ATA – 217ª Reunião Ordinária – Ano 2021  
11 de fevereiro de 2021

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se, on-line pela plataforma digital <https://us02web.zoom.us/j/81032723678?pwd=bS9zKy9lYXJyWXptVkFjcHQ5Y1JaZz09> para a 217ª (ducentésima décima sétima) Reunião Ordinária no período de 14 às 18 horas, sob a Presidência da Conselheira Milene da Silva Weck e secretariada pelo Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as) conselheiros (as) Nésio Fernandes de Medeiros Junior (SESA), Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), Rafael Vulpi Caliarri (SESA), Beatriz Zandonade Jarske (FEHOFES), Ricardo Ewald (FEHOFES), Raulino Pereira Gouveia (Ministério da Saúde), , Maria Maruza Carlesso (SINFES), Isabela Recla Segatto (SINFES) Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana Peixoto Carvalho Tibúrcio (SINDIENFERMEIROS), Eliana Baptista (SINODONTO), Rita de Cássia Olímpio Martins, (SINDSAÚDE), Geiza Pinheiro Quaresma (SINDSAÚDE), Luiz Tupinambá Bittencourt da Silva



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

(SINDIPÚBLICOS), Débora Randov de Oliveira (FETAES), Elci Lobão Medeiro (CUT), Aguiberto Oliveira de Lima (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Rute Cristina Queiroz Costa (SINDIUPES), Paulo da Silva Teixeira (ASSOPAES), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Mansour Cadais Filho (SINDINAPI/ES), Antônio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE), Ida Cecília Baiôco (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Wilton Alvarenga Drumond (GRUPAES), Alexandro Martins Costa (Força Sindical), Elizabeth Regina Lopes (Mitra). Verificado o quórum regimental pelo Secretário Executivo, foi iniciada a sessão. O Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga registra que por solicitação do Conselheiro Willian Fontes o pleno do CES rendeu homenagens póstumas ao militante dos movimentos sociais capixaba e importante quadro do movimento negro, Luiz Inácio Silva Rocha, Lula Rocha, falecido nesta data. Item 1 da pauta – Informes, Indicações e Expediente

A Secretaria executiva do CES apresentou os seguintes informes: Of. 003/2021 – AEBES – Hospital Evangélico de Vila Velha – Recebimento de recursos oriundos de Emendas Parlamentares Estaduais totalizando R\$ 200.000,00 – Convênios: 9047/20 e 9022/20. Of. 005/2021 – SINDINAPI – Solicita substituição de conselheiros suplente no Conselho Gestor do Hospital Estadual de urgência e Emergência – HEUE – Pela ordem Conselheiro Mansour Cadais coloca que com relações aos informes, tem encaminhado e-mails solicitando para o Conselho e para a Secretaria Executiva que seja dado conhecimento a Mesa Diretora, e não estão obtendo retorno, e os pontos não estão sendo apresentados no Pleno do Conselho Estadual, o e-mail foi encaminhado dia 19 de janeiro de 2021, às 20:58, solicitando a viabilização de forma on-line de uma Reunião Extraordinária desse Conselho ou da Mesa Diretora, extensiva aos Coordenadores Estaduais de plenária do Conselho de Saúde e membros dos Conselhos Municipais de Saúde, com os técnicos da Sesa, tendo como finalidade apresentações e esclarecimentos referentes ao atual PDR (Plano Diretor de Regionalização) que refere-se a unificação para as regionais de saúde norte com a Central. Precisamos desse esclarecimento, foi implantado pela Sesa, mas não veio para o Conselho Estadual, e não foi compartilhado com os Conselhos Municipais, estamos indo para 30 dias de solicitação e nenhuma providência foi tomada. Presidenta Milene da Silva Weck esclarece que essa etapa de informes é para os Conselheiros que desejam externar algum informe para os demais e que a solicitação precisa ser agendada, pois é uma solicitação pertinente e de extrema urgência. Secretário Alexandre de Oliveira Fraga especifica que esse assunto foi trazido para a Mesa Diretora na última reunião, e que o tema ficou para ser debatido numa próxima reunião, inclusive faz parte de uma solicitação de pauta que foi apresentada pelo Conselheiro Paulo Alves no mês de dezembro para ser apresentada ao colegiado. Item 2 – Aprovação da Ata da 86ª Reunião Extraordinária do CES – Conselheiros que se abstiveram da Ata 86ª, Conselheira Eliana Baptista, Conselheira Maria Maruza Carlesso, Conselheira Débora Randov de Oliveira. Conselheira Maria Maruza Carlesso sugere que a aprovação da Ata aconteça numa próxima reunião. Presidente Milene da Silva Weck solicita que os conselheiros que não receberam a Ata registrem no chat para ficarem cientes do quantitativo que não recebeu e onde está a falha. E atendendo a diversas solicitações a Ata da reunião foi remetida para aprovação na próxima seção do CES. Secretário Alexandre de Oliveira Fraga reforça que o documento (Ata 86ª) foi entregue a todos os conselheiros por e-mail. Conselheiro Aguiberto Oliveira de Lima coloca que está regimentado que a Ata é votada na sessão que está pautada. Se a mesma foi enviada para todos como foi enviada para mim, a Ata tem que ser submetida a votação. Presidente Milene da Silva Weck esclarece que se a Ata chegou à responsabilidade de ler ou não é de cada conselheiro. Conselheiro Gilson Mesquita reforça que o GRUPAES não recebeu o e-mail, e que compete ao ente público rever seus atos administrativos, o atraso de uma semana ou duas para aprovação da Ata não traz nenhum prejuízo ao coletivo Item 3- Análise e encaminhamentos sobre as ações do Governo do Estado no enfrentamento ao COVID-19 / Plano Estadual de Vacinação–Apresentação do Secretário Nésio Fernandes e do Subsecretário Luiz Carlos Reblin. O Secretário Nésio Fernandes inicia a apresentação do tema relatando a situação atual do desenvolvimento da pandemia no ES e destaca a preocupação com o possível



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

aumento da incidência de casos nos próximos meses devido ao período propício para infecções respiratórias e a circulação de novas cepas do COVID, por termos um grande risco de ter uma terceira expansão da Pandemia que poderia ocasionar numa pressão assistencial simultânea nas diversas regiões do país, em especial nas regiões e nos estados que tem um comportamento da curva de doenças respiratórias agudas graves, já conhecido pela sazonalidade dessas doenças a partir dos meses de março e abril. Vivemos neste momento no nosso Estado uma etapa de recuperação da curva de casos, onde tem caído a internação, o número de óbitos e iremos viver um período de consolidação dessa queda para mais a frente observarmos um novo crescimento da cura de casos no nosso Estado. As novas cepas são resultado do descontrole pleno da circulação da doença no país onde o vírus circula livremente com alta capacidade de replicação, de mutação e adaptação aonde uma dessas variações pode acabar resultando em complexidades maiores visto que elas podem apresentar características de aumento da transmissibilidade da doença como também características que reduzem o efeito e a eficácia de diversas vacinas que já foram desenvolvidas, produzidas, aprovadas e que estão sendo utilizadas no mundo inteiro. Estamos com um novo desafio de poder iniciar todo desenvolvimento de vacinas adaptadas a essas novas variantes, um desafio incrementado por que ainda não imunizamos com ampla cobertura a população com as vacinas desenvolvidas, produzidas e aprovadas. Em maio do ano passado, estabelecemos uma proposta, um documento, chamado Agenda de Resposta Rápida da Atenção Primária em Saúde, no enfrentamento a pandemia no Espírito Santo, ARRAPS, essa agenda de respostas reúne um conjunto de diretrizes e medidas para que a atenção primária tenha protagonismo em frente a pandemia com a carga de doenças que existe na sociedade. Informa que a SESA está trabalhando na ampliação da testagem PCR para identificar casos e a incidência em municípios e bairros a fim de traçar estratégias de enfrentamento. Afirmo a importância da vacinação, principalmente dos profissionais de saúde, que terão maior segurança para prestar serviços aos usuários do sistema. Registrou ainda o reconhecimento recebido de familiares de pacientes do Amazonas que foram tratados e recuperados no Estado e destacou o espírito solidário do Sistema Único de Saúde. Criticou o a disseminação fraca, violenta, de mentiras, de fake News pelas redes sociais e o comportamento do Governo federal quanto a Política Nacional de Vacinação em curso, visto que no ritmo que se desenvolve chegaremos ao final de 2021 sem conseguir vacinar toda a população por falta de vacina. Desta forma, com as doses disponibilizadas pela União, estão sendo priorizados os profissionais de saúde e os usuários em grupos de risco. O Subsecretário Luiz Carlos Reblin relata sua preocupação com as mutações do vírus que estão surgindo e reforçou a necessidade do uso da máscara, os cuidados de higiene e distanciamento social. Destaca que a vacina será muito importante, mas o processo de vacinação será lento que deverá se estender por todo o ano, pois para cada 100 doses acessíveis esse ano, 60 doses serão produzidas a partir do segundo semestre. Reafirmou a importância da testagem que está em curso para análise do comportamento da doença e destacou a capacidade do LACEN, que hoje faz em média 4.000 mil exames dia, e os Laboratórios conveniados para fazer os exames coletados e anunciou que nos próximos dias a SESA estará disponibilizando o exame de antígeno para detecção rápida do COVID o que deve melhorar muito no diagnóstico da doença e representa um importante avanço no combate da mesma. Informo ainda que será dado início ao monitoramento inteligente de todas as pessoas que chegam de viagem ao Espírito Santo e que esta ferramenta tecnológica é inédita no país. Foi dada a palavra para a Coordenadora Estadual de Imunizações das Doenças e Vigilância das Doenças Imuno-previsíveis da SESA Danielle Grillo detalhou o grande desafio de se fazer uma campanha de vacinação com número de vacinas limitado, conforme o Plano Nacional de Vacinação estava definido como público prioritário dessa primeira fase da Campanha, os idosos acima de 60 anos de idade de instituições de longa permanência, as pessoas com deficiência institucionalizadas em residências inclusivas, os indígenas aldeados, os trabalhadores da saúde e os idosos acima de 75 anos, porém não foi possível iniciar esse plano de vacinação com esse grupo prioritário devido a limitação do grupo de vacinas. Recebemos a quarta remessa da Vacina do



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Ministério da Saúde sendo possível iniciar a vacinação nos idosos. Na resolução CIB, existe uma orientação da Secretaria Estadual de Saúde juntamente com a COSEMS, essa pactuação que à medida que novas doses chegarem serão disponibilizadas para o grupo de idosos de forma decrescente. É de responsabilidade do SUS a aquisição de insumos para o Estado do Espírito Santo, recebemos assim seis milhões de seringas para atendimento da Campanha de Vacinação COVID-19. Conselheiro Luiz Tupinambá indaga sobre a limitação da vacina. Conselheiro Gilson Mesquita, sobre farmácia cidadã, vacina para profissionais da educação e doentes reumáticos. Conselheira Eliane Baptista sobre a fiscalização do controle de vacinação dos profissionais da saúde. Conselheira Denice Silva Gonçalves, sobre as vacinas da ANVISA, vacinação em idosos e vacinação de pessoas com outras doenças e sobre a composição das vacinas. Conselheira Maria Maruza Carlesso, sobre a vacinação dos farmacêuticos trabalhadores em farmácias comerciais. Secretário Nésio Fernandes esclarece que as vacinas somente da ANVISA. Subsecretário Luiz Carlos Reblin reforça que a distribuição das vacinas é feita conforme atribuições do Ministério da Saúde para a população e que a taxa de ocupação de leitos UTI é de 67% e explanou sobre a ouvidoria e sua importância com relação a apuração de denúncia, deixando uma sugestão ao Conselho Estadual de Saúde, para que possam pedir a presença de um responsável da área da regulação. Com a Palavra Danielle Grillo, com relação aos trabalhadores da educação, eles estão elencados no Plano Nacional de Vacinação e serão contemplados a partir da incorporação das vacinas e na previsão do cronograma, mas temos a ordem da primeira fase que estão os idosos acima de 75 anos em seguida os idosos de 60 anos e no terceiro momento as pessoas com comorbidades, como os pacientes reumáticos. Com relação a ordem de priorização, estamos seguindo as orientações do Plano Nacional de Vacinação, os Estados seguem uma Diretriz Nacional e a questão da transparência temos os painéis de vacinação onde os conselheiros podem acompanhar a distribuição das vacinas e as doses aplicadas por município, e por Estado, é possível monitorar no Localiza SUS. Presidenta Milene da Silva Weck presta esclarecimento devido a um Ofício circular que os conselheiros receberam do CNS, onde solicitam apoio dos Conselhos Estaduais e Municipais de saúde para acompanhamento e implementação efetiva da vacinação, para que possam estabelecer estratégias e mecanismo para monitorar e fiscalizar o número de doses recebidas, número de pessoas incluindo atribuição do Ministério Público e Tribunal de Contas. E questionou sobre a aquisição de doses extras da vacina. Conselheira Ida Cecília Baiôco questionou sobre o calendário de vacinas. Conselheiro Mansour Cadaís interpela quais são os valores conceituais da SESA sobre os impedimentos e o controle social das reuniões de forma presencial. Conselheira Geiza Pinheiro, questiona sobre a vacinação dos profissionais com registro no CNES. Conselheiro Rafael Caliarí reforça sobre os dados da ouvidoria e os canais de denúncia. Subsecretário Luiz Carlos Reblin adiciona que a falta de vacina é de responsabilidade do Governo Federal gerando essa dificuldade dos Estados e Municípios, e que os mesmos fazem a coordenação, não podendo cada um seguir seu Plano de Vacinação. Sobre os passageiros que entram no Espírito Santo, temos uma estratégia inovadora em relação ao monitoramento. Em relação as escolas estamos acompanhando os Municípios e suas estratégias, lembrando que disponibilizamos a Plataforma da Escola Segura, um documento oficial que todos devem acessar e colocar suas informações para que possamos monitorar junto com Vigilância Sanitária, Ministério Público e os Conselhos que devem ser criados em cada instituição de ensino. Explica que as reuniões presenciais não há interdição isso seria uma decisão do próprio Conselho. Discorre que o Ministério da Saúde usa o CNES e a base de todos os trabalhadores vacinados nas Campanhas de Influenza para calcular a quantidade de vacina, e explica que muitas pessoas que atuam nas áreas críticas de um hospital não estão registradas no CNES. Aberto o segundo bloco de perguntas: Conselheiro Antônio Carlos do Nascimento questiona sobre os pacientes transferidos de Manaus, o compromisso do Secretário Nésio Fernandes com o Conselho, o cronograma de vacinação para os pacientes de 65 a 68 anos de idade, o ambulatório do Hospital Jaime dos Santos Neves fechado. Conselheiro Luiz Tupinambá pergunta sobre o planejamento do Governo Federal e a prerrogativa dos Municípios. Conselheiro



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

Paulo Teixeira solicita que sua participação na reunião seja constada em Ata, relembra que quando a equipe de serviço da SESA surgiu com o protocolo, foi feita uma Reunião Extraordinária para discuti-lo e literalmente todo conselho se posicionou sobre o mesmo fugir da realidade das escolas públicas. Hoje vemos que as Escolas da rede Estadual e das redes Municipais não estão cumprindo os protocolos, temos denúncias, documentos e fotos. O próprio Secretário se coloca alheio a realidade de querer assumir essa responsabilidade, porque quem está sendo prejudicado é o professor e os trabalhadores da educação. O Governo do Estado assumiu a reposição de enfrentamento e fez o recolhimento da quarentena. Questiona se existir a compra da vacina pelo Governo do Estado o profissional da educação será prioridade. E coloca que qualquer profissional de Educação Física que tenha registro está sendo vacinado em Cariacica. Subsecretário Luiz Carlos Reblin esclarece que os pacientes de Manaus vieram para o Espírito Santo devido à falta de respiradores, seguindo protocolos de testagem com os pacientes e trabalhadores da saúde e todo material se encontra na FIOCRUZ/RJ. Os recursos Federais que vieram para o Espírito Santo foram distribuídos para todos os Municípios e Secretarias, para ampliação de leitos de UTI e testagem. Idosos de 65 a 68 anos de idade tem perspectiva de ter a primeira dose no mês de março, com testes de PCR e o Teste de Antígeno feitos em laboratórios credenciados e no LACEN. Em relação ao Laboratório do Hospital Jaime dos Santos Neves, todas as consultas foram retiradas do mesmo por que hoje ele é um Hospital Referência COVID. Fez relato sobre as filas importantes que estavam há algum tempo zeradas em função das estratégias que as regionais adotaram de credenciamento pessoal, os recursos foram destinados ao pagamento de internações, aumento de testagem e ampliação de várias estruturas hospitalares. O estado tem a responsabilidade partilhada com os Municípios, mas sem alterar a regra que foi estabelecida nacionalmente. A prioridade de vacinação é definida em cima do risco que cada segmento apresenta e a quantidade de idosos. As negociações são feitas com os representantes das empresas que fabricam as vacinas ou representantes comerciais que tem a delegação da empresa, fazemos a verificação de veracidade e Secretário e Governador anunciam publicamente. Os profissionais da educação e da segurança estão no grupo prioritário, muito provável que eles estejam incluídos nas próximas duas mil e quinhentas doses da vacina. Item 4 – Solicitação de Vacinação contra COVID-19 prioritária para os Profissionais de Educação - SINDIUPES; Solicitação de Vacinação contra COVID-19 para Profissionais de Saúde cadastrados no CNES, Usuários dos Serviços de Residências Terapêuticas e Portadores de Doenças Reumáticas – A apresentação do tema foi feita pelo Sr. Gean Nunes, representante do SINDIUPES que pontuou que a ansiedade em torno do retorno à normalidade na rotina de vida da população brasileira diante da pandemia é notória e tem feito parte de inúmeros debates, proposições e análises feitas em todos os segmentos da sociedade. Na Educação Pública, pela excelência do exercício, não tem sido diferente, tendo como principal polêmica a necessária inclusão dos/as trabalhadores/as em educação no grupo prioritário do Programa Emergencial de Vacinação para o combate e erradicação do vírus COVID-19, como medida de proteção e segurança à saúde e à vida, uma vez que estarão expostos/as a pandemia em um possível retorno das aulas presenciais e já trazem tantas outras doenças próprias da profissão segundo o IPJM. Consideramos essencial que esse conceituado Conselho Estadual de Saúde se posicione em favor dessa iniciativa por parte do Poder Público, considerando que a Educação vem sendo objeto de pressões e seguidos Decretos e Resoluções que insistem em um retorno das aulas presenciais sem as devidas garantias por parte do Governo do Estado do Espírito Santo das condições sanitárias adequadas nas Escolas Públicas Estaduais, bem como a flagrante deficiência do Poder Público em garantir os protocolos exigidos pela Organização Mundial de Saúde. Salienciamos, ainda, que diversos são os argumentos de que o trabalho exercido pelos/as trabalhadores/as em educação está na categoria da essencialidade, como, de fato, o é. Essa recomendação vem da UNESCO para que priorizem os professores no cronograma de vacinação. Nós enquanto sindicatos acionamos a justiça em outubro de 2020 e estamos juntos com a ASSOPAES. Para tanto, é necessário buscar o alinhamento da reconhecida essencialidade do setor ao direito prioritário, assim como as demais categorias de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

servidores/as públicos/as estaduais, à vacinação emergencial. Contamos com o apoio do CES na perspectiva que o retorno às aulas presenciais só ocorra após a vacinação dos/as trabalhadores/as em educação. Após a apresentação a reunião foi encerrada às 18h e o assunto, assim como os demais itens da pauta, serão apreciados em uma nova seção do CES.

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Milene da Silva Weck  
Presidenta  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

**Conselho Estadual de Saúde – CES/ES**  
**ATA – 88ª Reunião Extraordinária – Ano 2021**  
**25 de fevereiro de 2021**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), às 14 (quatorze) horas, o Conselho Estadual de Saúde – CES/ES reuniu-se de forma on-line através da plataforma digital endereço: <https://us02web.zoom.us/j/89611063889?pwd=SXBIQWo0UWNwQlJKNVg4aFZZaGlUZz09> para a 88ª (octogésima oitava) Reunião Extraordinária no período de 14 às 18 horas, sob a Presidência da Conselheira Milene Weck Terra e secretariada pelo Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga, com a presença dos (as) Conselheiros (as): Paulo Roberto Alves Guimarães (SESA), José Tadeu Marino (SESA), Vera Lúcia Peruch (SESA), Raulino Pereira Gouveia (Ministério da Saúde), Maurício Aquino Paganotti (SIMES), Maria Maruza Carlesso (SINFES), Willian Fontes (SINDPSI-ES), Tatiana Peixoto Carvalho Tibúrcio (SINDIENFERMEIROS), Eliana Baptista (SINODONTO), Feliipe Bonissen Torres (SINODONTO), Luiz Tupinambá Bittencourt da Silva (SINDIPÚBLICOS), Débora Randov de Oliveira (FETAES), Elci Lobão Medeiro (CUT), Milene da Silva Weck (SINDIUPES), Silvio Nascimento Ferreira (ASSOPAES), Mansour Cadaís Filho (SINDINAPI/ES), Ida Cecília Baiôco (MOSAVE), Gilson Mesquita de Faria (GRUPAES), Wilton Alvarenga Drumond (GRUPAES), Alexandro Martins Costa (Força Sindical), Sidney Parreiras de Oliveira (Força Sindical), Elizabeth Regina Lopes (Mitra) e Ligia Pereira Andreati (FEAPAES) Justificaram a ausência: Rafael Vulpi Caliarí (SESA), Ricardo Ewald (FEHOFES), Karina Daleprani Espíndula (COSEMS), Isabella Recla Segatto (SINFES), Antonio Carlos Nogueira do Nascimento (FAMOPES), Denice Silva Gonçalves (MOSAVE). Inicialmente houve Solicitação do conselheiro Wilton Alvarenga de inversão dos itens 4 e 2 da pauta de discussão, o que foi acolhido pelo plenário por unanimidade. O Secretário Executivo Alexandre de Oliveira Fraga fez a verificação de quórum regimental e a Presidenta Milene da Silva Weck Terra deu início a seção como o primeiro ponto de pauta: **1 – Aprovação das Atas da 86ª e 87ª Reuniões Extraordinárias do CES** – Após discussões e recomendações de leitura feitas pela Conselheira Maria Maruza Carlesso, a Ata foi aprovada por 14 votos a favor e 2 abstenções. Logo após a votação da Ata, a Presidenta Milene Weck passou para o quarto ponto de pauta: **4 – Apresentação de estudo sobre demanda de médicos reumatologistas no SUS e no ES.** Foi direcionada a palavra para a Dra. Ana Paula Gianordoli do GRUPAES que após considerações iniciais passou a apresentação foi feita pela Dra. Samira Miyamoto, sobre doenças reumáticas e musculoesqueléticas: Gestão dos Cuidados Precoces, citando que, segundo as pesquisas, são mais de 12 milhões de brasileiros com doenças crônicas. Informou que O objetivo desta pesquisa é identificar se o número de médicos reumatologistas da



rede Pública Estadual é suficiente para atender à demanda de pessoas encaminhadas com suspeitas de doenças reumáticas da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) nos últimos três anos. O Estudo observacional e descritivo considerou: Número de pacientes – Banco de Dados - SESA; número de médicos reumatologistas - SIS(TABNET) do (DATASUS); IBGE - 2.006.486 milhões pessoas de sete municípios; Portaria Federal nº 1631, de 1º de outubro de 2015 – 1 reumatologista para 100.000 habitantes. Número de reumatologistas por municípios da RMGV – 2020 – Total 9 reumatologistas, sendo que, pela Portaria Federal nº 1631, deveriam ser 20 reumatologistas, representando um déficit de 11 reumatologistas. ES 2019 tempo máximo de espera – 2014: Cariacica = 1.056 dias – Vitória e Serra = 90 dias. Em 2016 - 239.533 consultas agendadas – Absenteísmo = 95.407. Sistema de Saúde Privado, 2007 e 2008: Tempo médio de espera em países de primeiro mundo: 38 dias; EUA: 70; Reino Unido: 10 semanas. Os motivos do absenteísmo SP em 2016: Falta de transportes, esquecimento da marcação da primeira ida ou do retorno. Motivos do aumento da fila de espera e demora nos atendimentos, Porto Alegre 2015: encaminhamento desnecessário – treinamento da equipe – AP. Triagem conflituosa Canadá: 1) Informações incompletas das cartas de referência/encaminhamento. 2) conhecimento, capacitação e habilidade diagnóstica: assistência ao paciente. Conclusão da pesquisa aqui na Grande Vitória: A quantidade de médicos reumatologistas atuantes pelo SUS é insuficiente para atender a demanda de pacientes no manejo de doenças reumáticas. **CONCLUSÃO**: Aumento do tempo na fila de espera pode ser devido a: Redução do número de reumatologistas atuando na Rede Pública; quantidade de pacientes que faltam às consultas; encaminhamento errôneo. Possíveis Soluções: 1) Maior envolvimento dos órgãos competentes e estabelecimento de políticas que possibilitem ações que implementem estratégias resolutivas; - Atualização do (ou não) DATASUS; 2) Sensibilização dos pacientes ao desmarcar a consulta, justificando a falta, para evitar que gerem mais escassez e transtorno na continuidade do serviço; aperfeiçoamento no sistema de agendamento e lembrete. 3) Capacitação dos profissionais da atenção básica nos encaminhamentos para a atenção secundária. O objetivo desta pesquisa é: 1) tentar fazer alguma coisa em relação a este número reduzido de reumatologistas no SUS. 2) propor um projeto de capacitação dos profissionais da atenção primária, sob apoio financeiro de Laboratórios, com Editais de financiamento de Projetos, mas para isso, precisa do apoio da SESA. A Dra. Ana Paula relata que hoje tem 16 reumatologistas atuando em toda Rede Pública. A SESA precisa de um processo seletivo, considerando a demanda muito grande - hoje 3.600 pessoas na Rede Bem-Estar em Vitória na fila de espera para um reumatologista, são pacientes crônicos, que não tem alta, são pessoas que tem que estar rotineiramente agendados. O Conselheiro Luiz Tupinambá, abordou a dificuldade dos pacientes até o momento que alguém oferece uma oportunidade para conseguir uma consulta com algum especialista daquela área. Solicita que a Dra. Ana Paula, aborde essa situação. Ele sugere que todas estas relações podem e devem ser tratadas nas Comissões Intersetoriais do CES, porque amplia o potencial e dá oportunidades aos médicos que estão engajados nestes princípios e nessas diretrizes do SUS. A Dra. Ana Paula responde e esclarece alguns questionamentos. Tem que ter um treinamento para diminuir essa demanda, o clínico da Unidade Básica de Saúde, tem a capacidade de fazer um diagnóstico prévio, e fazer a seleção para o encaminhamento. O que a gente precisa é treinar os médicos que estão ali na linha de frente, no atendimento primário e secundário até chegar ao atendimento terciário. O intuito é facilitar o atendimento para os pacientes crônicos à consulta de 3 em 3 meses ou 4 em 4 meses para pegar LME-RECEITA-EXAMES, temos que filtrar. Um dos projetos do GRUPAES é o treinamento da Rede Básica de Saúde. O Conselheiro Luiz Tupinambá, comenta que a resposta da Dra. Ana Paula administrativamente está extremamente correta, mas nós somos o Conselho de Saúde, tratamos de saúde pública, independente da triagem, o paciente precisa ser atendido. O Conselheiro Gilson Mesquita, comenta sobre os pacientes reumáticos crônicos, e a dificuldade no atendimento. E faz a pergunta: Qual o número hoje ideal de médicos reumatologistas para atender essa demanda? A Conselheira Elizabeth Regina, fala das dificuldades da demora no atendimento às



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

consultas marcadas, e também sobre falta de empatia de alguns profissionais da saúde. A humanização é muito importante para facilitar o diagnóstico aos pacientes, gerando assim, mais confiança. Fala também das dificuldades em marcar uma consulta com um especialista. O Conselheiro Mansur Cadais, comenta sobre a demanda muito grande, e a falta de mais profissionais, também ressalta sobre o absenteísmo, em alguns casos pacientes que até já foram a óbitos. A rede de profissionais precisa estar mais qualificada para facilitar os diagnósticos de uma forma mais apurada. A Presidenta Milene Weck, agradece a presença das convidadas e sua importância nas reuniões plenárias do CES-. Sugere Seminários para estimular debates mais aprofundados, já que estes são espaços mais adequados para isso, e também para uma divulgação abrangente para que outros possam ter acesso às informações importantes dependendo do assunto tratado, a contribuição dos conselheiros e a importância das Comissões Intersetoriais, a quem cabe solicitar e convidar profissionais para participação e falar sobre assuntos de interesse do coletivo, e, principalmente, com as pautas do CES-ES. A Dra. Ana Paula encerra sua apresentação comentando a importância de garantir o retorno às consultas aos pacientes. Quanto à capacitação dos médicos, precisa no mínimo, como o estudo mostrou de 20 médicos reumatologistas. Hoje temos em média de 12 a 16 médicos reumatologistas. O Estado deveria fazer uma seleção para contratar mais reumatologistas, e talvez também dividir por regiões. Sobre a humanização ao paciente, tem que ter mesmo, com mais cuidados, porque são pessoas com necessidades físicas e emocionais, muitas doenças tem a questão emocional perpetuando a doença, é realmente um trabalho a ser feito. Citou o programa, HUMANIZA – SUS. Sobre os Seminários, são eventos que o GRUPAES já está fazendo. O nosso objetivo nesta reunião foi trazer ao conhecimento do Conselho, as dificuldades da área de reumatologia, e propor melhorias no serviço dizendo que a SORES achou superinteressante este assunto, e parabenizou o Conselho Estadual de Saúde e o GRUPAES por ter levantado esta questão. O Conselheiro Mansur Cadais, solicita que seja encaminhado sobre este tema à Comissão de Direitos Humanos para um debate mais detalhado sobre este assunto, e apresente algumas propostas de recomendação e resolução para o Pleno deliberar, porque o tema é de suma relevância. O Conselheiro Luiz Tupinambá, esclarece que este não é um tema para os Direitos Humanos, porque já existe atendimento. E sugere que o assunto deve ir primeiro à Comissão de Municipalização para fazer um debate acerca das dificuldades no atendimento, porque o atendimento existe, são 16 reumatologistas. E sugere também, fazer uma organização junto às Comissões previamente. A Presidenta Milene Weck, sugere ao Conselheiro Mansur Cadais esta proposta de recomendação, por ser de interesse de todos os municípios. O Conselheiro Gilson Mesquita, esclarece que a Comissão de Direitos Humanos comporta assuntos transversais, e é pertinente aos Direitos Humanos como os demais. O GRUPAES irá fazer esta demanda. A Presidenta Milene Weck, reforça os agradecimentos à Dra. Ana Paula. E Passa para o segundo e terceiro ponto de pauta: **2 Solicitação de Vacinação contra COVID-19 prioritária para os Profissionais de Educação – SINDIUPES – 3 – Solicitação de Vacinação contra COVID-19 para os Profissionais de Saúde cadastrados no CNES, Usuários dos Serviços de Residências Terapêuticas e Portadores de Doenças Reumáticas.** A Conselheira Elizabeth Regina, esclarece sobre a atenção primária e atenção básica, que é uma questão que já foi colocada no Conselho outras vezes, temos que pensar como resolver isto para evitar que chegue às situações extremas. O SUS é excelente, mas ele não comporta esta demanda. A Presidenta Milene Weck, fala sobre os assuntos que precisam ser colocados com debates maiores precisando da realização dos Seminários para uma organização daquilo que será trazido para falar. Os Seminários são importantes antes de trazer a demanda para o Pleno, ela faz a leitura do Ofício nº 10/2021 – SINDIUPES. A Conselheira Vera, faz um esclarecimento sobre o Ministério da Saúde que fez uma revisão do Plano de Vacinação, e que os profissionais da Educação foram incluídos nas fases prioritárias, na quarta fase os profissionais estão incluídos, o que não estava anteriormente. O Conselheiro Paulo Alves, confirma o Novo Plano de Vacinação do Ministério da Saúde, os profissionais da educação foram incluídos nas próximas fases no Plano Emergencial



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria da Saúde

de Vacinação. A Presidente Milene Weck, fala sobre a Vacinação solicitada pelo SINDIUPES, relacionando ao problema do retorno presencial das aulas, e também o não cumprimento dos protocolos pelas escolas que já estão funcionando precocemente. A questão é o Conselho deliberar sobre a importância nessa demanda, seja através da Moção ou da Recomendação. O Conselheiro Gilson Mesquita, esclarece sobre uma recomendação à SESA na demanda do SINDIUPES, dentro da programação da chegada das vacinas. O Conselheiro Luiz Tupinambá, pergunta ao Conselheiro Paulo Alves a respeito de como o Estado vai proceder com a organização que foi emitida pelo Governo Federal. Para consolidar este pedido do SINDIUPES, que vai além das prioridades, é dar condições a todos os profissionais a serem vacinados, é preciso ver o Programa de Vacinação do Estado para acompanhar e respaldar se o documento do SINDIUPES continua válido ou não. O Conselheiro Paulo Alves, responde dizendo que compartilhou as últimas alterações, essa última alteração ainda não foi feita, o Ministério da Saúde muda todos os dias. O Conselheiro Mansur Cadais, faz uma colocação sobre as prioridades, porque são diversas as categorias que estão solicitando esta priorização, e ressalta que a prioridade é para toda a população. A Presidenta Milene Weck, considera importante salientar que, quando se fala de Educação, nós estamos falando de um contingente de pessoas muito grande, porque envolve todos os profissionais, alunos e as famílias. Não só priorizar, mas garantir a demanda da vacinação, com organização. Cabe ao Conselho se manifestar inclusive sobre a questão do cumprimento dos protocolos. A Conselheira Maruza Carlesso, fala sobre os profissionais da área da saúde (14 profissões), e também ressalta o contingente dos profissionais da área de educação, precisaria de um contingente muito grande de vacinas para atender a todos. O Conselheiro Paulo Alves, fala dos profissionais de educação física que têm cadastro no CNES, e que prestam serviço na área da saúde, estão sendo imunizados com a vacina. A Conselheira Maruza Carlesso, fala sobre os profissionais de saúde, que todas as categorias estão vacinando, não os que estão cadastrados no CNES, que os profissionais de categorias diferenciadas estão vacinando em seus conselhos de origem, observando a idade, e se estão na ativa ou não. O Conselheiro Paulo Alves, esclarece sobre os profissionais da área da Educação Física que trabalham na área da saúde está sendo garantido a imunização, os que não trabalham que tenha CNES, terão que esperar junto com os profissionais da Educação. O Governo do Estado garante a imunização de todos os profissionais da educação, englobando a todos, respeitando é claro, a ordem de prioridades de cada segmento. O Conselheiro Gilson Mesquita, questiona sobre o Plano de Vacinação para os idosos acamados que se encontram em suas residências. O Conselheiro Paulo Alves responde dizendo que a responsabilidade de vacinação dos idosos acamados em suas residências, não é de responsabilidade do Governo Estadual, e sim dos Municípios, de acordo com o seu Plano de Vacinação. O Conselheiro Gilson Mesquita pergunta como fica a vacinação para os Cuidadores de Idosos. O Conselheiro Paulo Alves responde dizendo que, não temos vacinas o suficiente para estes profissionais, o Governo Estadual tem seguido o Plano Nacional de Vacinação. A Conselheira Elizabeth Regina, questiona sobre os profissionais da assistência, muitos trabalhadores foram vacinados que não atuam diretamente na área da saúde. Com que direito eles entraram na fila de vacinação? Questiona também sobre o incidente ocorrido no Município de Rio Bananal, infelizmente, foram perdidas várias doses de vacina. O Governo Estadual precisa fiscalizar, e cobrar mais responsabilidade aos Municípios. O Conselheiro Luiz Tupinambá, solicita a Presidenta Milene Weck para ler o ponto de pauta, e fala sobre as prioridades e distribuições das vacinas nos Municípios, e pede ao Conselheiro Paulo Alves para esclarecer melhor sobre este assunto em pauta. O Conselheiro Mansur Cadais, questiona sobre as prioridades na vacinação, precisam ser mais esclarecidas. A Presidenta Milene Weck, esclarece que o Conselho trabalha com base nas solicitações que chegam, e que foi encaminhado um pedido de apoio, uma manifestação formal em relação à importância da vacinação dos profissionais da Educação. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, pede esclarecimento a Presidenta Milene Weck sobre o encaminhamento para votação, o que o plenário vai deliberar agora é: vai construir uma Moção de Apoio ou não? O



Conselho tem três formas de se manifestar: Resolução, Moção e Recomendação, quais das três será submetida à votação? A Presidenta Milene Weck, responde que será submetida a modalidade que o pleno definir. O Conselheiro Paulo Alves, sugere que seja uma Moção de Apoio. A Presidenta Milene Weck, esclarece que foi apresentado um Ofício solicitando o apoio do Conselho, e o Conselho irá apoiar ou não. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, pergunta se é pra constar apoiou ou não ao documento enviado pelo SINDIUPES. A Conselheira Maruza Carlesso, fala que não precisa ser resolução, que não cabe resolução, uma recomendação, também não caberia um apoio, o apoio que o Conselho está dando é encaminhar esta solicitação. A Presidenta Milene Weck, discorda da Conselheira Maruza Carlesso, dizendo que é Moção de Apoio. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, orienta que para votação, qualquer Moção, Recomendação e Resolução, é necessário ter o texto para submeter ao Plenário. A Presidenta Milene Weck, esclarece que o Conselho não está votando uma Moção, e sim se o Conselho irá apoiar ou não à solicitação na forma de Moção. Se for Moção ela será apresentada na próxima reunião. O Conselheiro Luiz Tupinambá, apoia o Secretário Executivo Alexandre Fraga no sentido total do apoio, pelo seguinte, o documento que está sendo apresentado não consta nem um dado que possa construir um texto no Conselho a partir dele, é só uma Moção, ela já foi apresentada. A Presidenta Milene Weck, interrompe o Conselheiro Luiz Tupinambá, esclarecendo que se os Conselheiros deliberarem pela Moção de Apoio, então cabe sim ao Conselho elaborar, se fosse uma Recomendação caberia à entidade ou Comissão proponente, mas no caso de Moção de Apoio com base no documento que foi enviado por eles deverá ser construída pelo Conselho, como outras feitas anteriormente. O Conselheiro Gilson Mesquita, reafirma o apoio ao SINDIUPES na prioridade da vacina aos profissionais da educação, ele sugere fazer um encaminhamento ao Secretário de Saúde. A Conselheira Maruza Carlesso, fala que é só lembrar as solicitações que o SINDIUPES já fez, e foram acrescidas outras solicitações, quem concorda voltará sim ou não. O Conselheiro Luiz Tupinambá, argumenta que o que está sendo proposto é a construção do texto, que ainda não foi feito no Pleno este texto, falta mais informações através do Conselheiro Paulo Alves. A Presidenta Milene Weck, relata que a sugestão e proposta do Conselheiro Paulo Alves é uma Moção de Apoio. O Conselheiro Paulo Alves, faz a proposta de encaminhamento em construir uma Moção de Apoio e votação do texto. Sugere a aprovação da construção da Moção de Apoio, elaborando o texto, e no próximo Pleno, a aprovação do texto. A Presidenta Milene Weck, faz o encaminhamento à votação, conforme o regimento, colocando em votação a proposta encaminhada pelo Conselheiro Paulo Alves. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, faz a chamada dos Conselheiros para a votação: Conselheiros contrários: Ligia Pereira, abstenções: Vera Peruch, Alexandre Martins e Luiz Tupinambá, Conselheiros a favor foram 13. A proposta foi aprovada com 13 votos a favor. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, passa para o próximo ponto de pauta: **5 - Proposta de Moção de Repúdio ao Governo do Estado do Espírito Santo proposta pelo Conselheiro Gilson Mesquita de Farias - GRUPAES**. O Conselheiro Paulo Alves, fala sobre a Moção de Repúdio, não cabe Moção de Repúdio ao Governo do Estado, o Governo de forma alguma se refuta das suas responsabilidades, o Governo do Estado vem buscando o diálogo permanente com todas as representações. O Conselheiro Gilson Mesquita, sugere que escreva em ata que ele é o autor da Moção de Repúdio. Não há fundamento nenhum que refute a Moção de Repúdio, ao descaso, ao desprezo à nossa representante que é a senhora Milene Weck, e à Mesa Diretora. Essa Moção de Repúdio é só uma maneira de dizer ao Governador e ao Secretário de Saúde, que o Conselho tem sim importância, e que o trabalho voluntário precisa ser respeitado, isto não é um desagravo, mas sim um alerta para que eles se reportem ao Conselho com dignidade, e que a Moção de Repúdio será mantida em sua íntegra. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, fala à Presidenta Milene Weck que não há mais quórum para prosseguir com a seção, apenas 14 Conselheiros no momento estão participando da reunião. O Conselheiro Paulo Alves, fala que gostaria de iniciar a próxima reunião com alguns pontos já anotados para dar continuidade aos pontos levantados. O Conselheiro Mansur Cadais, sugere que sejam mantidos os nomes que foram solicitados para a



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
*Secretaria da Saúde*

fala. A Presidenta Milene Weck, pede que o Alexandre Fraga, registre em ata os nomes solicitados para a fala, para dar prioridade na próxima reunião. O Secretário Executivo Alexandre Fraga, responde que só o Conselheiro Mansur Cadais pediu a fala para a próxima reunião. Após estas considerações a reunião foi encerrada.

Alexandre de Oliveira Fraga  
Secretário Executivo  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

Milene Weck Terra  
Presidenta  
Conselho Estadual de Saúde – CES/ES